

Marcelo Novelino

Curso de **DIREITO** **CONSTITUCIONAL**

18^a
Edição

revista
atualizada
ampliada

2023

 **EDITORIA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPodivm

Diagramação: Luiz Fernando Romeu (lfnando_38@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

N938c

Novelino, Marcelo

Curso de Direito Constitucional / Marcelo Novelino – 18.ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.

1040 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-4177-6.

1. Direito Constitucional. I. Novelino, Marcelo. II. Título.

CDD 341.2

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Abreviaturas e siglas usadas	35
---	-----------

TÍTULO I TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

Capítulo 1 ► Direito constitucional	41
1. Natureza	41
2. Definição	42
3. Objeto	42
4. Fontes de juridicidade	42
4.1. Fontes do direito constitucional.....	43
4.1.1. Os costumes constitucionais	44
4.1.2. A criação judicial do direito	45
4.1.3. A doutrina como fonte indireta de produção do direito.....	47
Capítulo 2 ► Constitucionalismo	49
1. Definição	49
2. Evolução histórica.....	50
2.1. Constitucionalismo antigo	50
2.1.1. Estado hebreu.....	50
2.1.2. Grécia.....	51
2.1.3. Roma.....	51
2.1.4. Inglaterra.....	51
2.2. Constitucionalismo moderno	52
2.2.1. O surgimento das constituições liberais.....	53
2.2.1.1. A experiência estadunidense.....	53
2.2.1.2. A experiência francesa	54
2.2.2. O surgimento das constituições sociais	56
2.3. Constitucionalismo contemporâneo	58
2.4. Constitucionalismo do futuro	60
2.5. Transconstitucionalismo	61
2.6. Quadro: evolução histórica do constitucionalismo.....	62
Capítulo 3 ► Pós-positivismo e neoconstitucionalismo.....	63
1. Pós-positivismo	63

1.1. O pós-positivismo metodológico.....	63
1.2. O pós-positivismo ético	64
1.3. O pós-positivismo teórico.....	64
2. Neoconstitucionalismo	65
2.1. O neoconstitucionalismo como modelo constitucional	65
2.2. O neoconstitucionalismo teórico.....	66
2.3. O neoconstitucionalismo ideológico	66
3. Diferenças entre o pós-positivismo e o neoconstitucionalismo	67
3.1. As diferentes pretensões: teoria universal x teoria particular	67
3.2. A relação entre direito e moral	68
3.3. Quadro comparativo.....	70

Capítulo 4 ► **Poder Constituinte** **71**

1. Poder Constituinte Originário.....	71
1.1. Espécies.....	71
1.2. O fenômeno constituinte.....	72
1.3. Natureza	73
1.4. Titularidade e exercício	74
1.5. Características essenciais.....	74
1.6. Limitações materiais.....	74
1.7. Legitimidade.....	75
1.8. Quadro: Poder Constituinte Originário (PCO)	76
2. Poder Constituinte Decorrente	76
2.1. Natureza	77
2.2. Características.....	77
2.3. Existe Poder Constituinte Decorrente fora dos Estados-membros?	78
2.4. Limitações impostas à auto-organização dos Estados.....	79
2.5. Quadro: Poder Constituinte Decorrente (PCD)	80
3. Poder Constituinte Derivado	80
3.1. Limitações impostas ao Poder Reformador.....	81
3.1.1. Limitações temporais.....	81
3.1.2. Limitações circunstanciais.....	81
3.1.3. Limitações formais (processuais ou procedimentais)	81
3.1.4. Limitações materiais (ou substanciais).....	84
3.1.4.1. Cláusulas pétreas expressas	85
3.1.4.2. Cláusulas pétreas implícitas.....	89
3.2. Limitações impostas ao Poder Revisor.....	91
3.3. Quadro comparativo.....	92
4. Poder Constituinte Supranacional	93

Capítulo 5 ► **A constituição** **95**

1. Conceito	95
2. Objeto	95
3. Elementos	96

4. Fundamentos	97
4.1. Concepção sociológica	97
4.2. Concepção política	97
4.3. Concepção jurídica	98
4.4. Concepção normativa	98
4.5. Concepção culturalista	99
5. A constituição e o seu papel	100
5.1. Constituição-lei	100
5.2. Constituição-fundamento (Constituição-total)	100
5.3. Constituição-moldura	101
5.4. Constituição dúctil (Constituição suave)	101
6. Classificações das constituições	101
6.1. Quanto à forma	102
6.2. Quanto à sistemática	102
6.3. Quanto à origem	102
6.4. Quanto ao modo de elaboração	103
6.5. Quanto à identificação das normas constitucionais	104
6.6. Quanto à estabilidade	105
6.7. Quanto à extensão	106
6.8. Quanto à função (ou estrutura)	106
6.9. Quanto à dogmática	107
6.10. Quanto à origem da decretação	108
6.11. Quanto à ideologia	109
6.12. Quanto à finalidade	109
6.13. Classificação ontológica	110
6.14. Classificações da Constituição de 1988	111
6.15. Quadro: classificações das constituições	111
7. Histórico das constituições brasileiras	112
7.1. Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)	113
7.1.1. Contexto histórico	113
7.1.2. Principais características	113
7.2. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891) ...	117
7.2.1. Contexto histórico	117
7.2.2. Principais características	118
7.3. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)	121
7.3.1. Contexto histórico	121
7.3.2. Principais características	121
7.4. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937)	124
7.4.1. Contexto histórico	124
7.4.2. Principais características	124
7.5. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)	128
7.5.1. Contexto histórico	128
7.5.2. Principais características	128

7.6. Constituição do Brasil (24 de janeiro de 1967)	130
7.6.1. Contexto histórico	130
7.6.2. Principais características	131
7.7 Emenda Constitucional n. 1 de 1969 (editada em 17 de outubro de 1969).....	133
Capítulo 6 ► Classificações das normas constitucionais.....	135
1. Esclarecimentos preliminares	135
2. Classificações quanto à eficácia	136
2.1. Classificação proposta por José Afonso da Silva	136
2.1.1. Normas constitucionais de eficácia plena	136
2.1.2. Normas constitucionais de eficácia contida.....	137
2.1.3. Normas constitucionais de eficácia limitada.....	138
2.1.3.1. Normas de princípio institutivo (ou organizatório)	138
2.1.3.2. Normas de princípio programático	139
2.2. Classificação proposta por Maria Helena Diniz.....	139
2.3. Classificação proposta por Celso Bastos e Carlos Ayres Britto.....	140
2.4. Outras classificações.....	140
3. Classificações quanto à espécie.....	141
3.1. Critérios de distinção entre princípios e regras.....	142
3.1.1. Critério distintivo proposto por Peczenik e Hage	142
3.1.2. Critérios distintivos propostos por Humberto Ávila	143
3.1.3. Critério distintivo proposto por Ronald Dworkin	143
3.1.4. Critério distintivo proposto por Robert Alexy	144
Capítulo 7 ► Conflito de normas	147
1. Conflitos entre regras	148
2. Conflitos entre princípios.....	149
3. Conflitos entre regras e princípios.....	152
Capítulo 8 ► Normas constitucionais no tempo	155
1. Revogação	155
2. Teoria da desconstitucionalização.....	155
3. Recepção	156
4. Repristinação	158
5. Mutação constitucional.....	159
6. Constitucionalidade superveniente.....	160
Capítulo 9 ► Hermenêutica constitucional.....	163
1. Considerações preliminares	163
2. Cânones tradicionais.....	164
3. Contribuições da dogmática alemã	166
3.1. Princípios de interpretação da constituição	167

3.1.1. Princípio da unidade da constituição	167
3.1.2. Princípio do efeito integrador	168
3.1.3. Princípio da concordância prática (ou harmonização)	169
3.1.4. Princípio da força normativa	170
3.1.5. Princípio da máxima efetividade (interpretação efetiva ou eficiência)	170
3.1.6. Princípio da conformidade funcional (exatidão funcional, correção funcional ou “justeza”)	171
3.2. Métodos de interpretação constitucional	172
3.2.1. Método hermenêutico clássico (ou método jurídico)	172
3.2.2. Método científico-espiritual	172
3.2.3. Método tópico-problemático	173
3.2.4. Método hermenêutico-concretizador	174
3.2.5. Método normativo-estruturante	175
3.2.6. Método concretista da constituição aberta	176
3.2.7. Quadro comparativo	178
4. Contribuições da doutrina estadunidense	179
4.1. Interpretativismo x não interpretativismo	179
4.2. Teoria do “reforço da democracia”	180
4.3. Minimalismo e maximalismo	181
4.4. Pragmatismo jurídico	182
4.5. A leitura moral da constituição	184
5. Preâmbulo	188
6. Integração da constituição	189

TÍTULO II

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

Capítulo 10 ► Teoria Geral do Controle de Constitucionalidade	193
1. A supremacia da constituição	193
2. Bloco de constitucionalidade	194
3. Natureza da norma inconstitucional	194
4. Formas de inconstitucionalidade	195
4.1. Quanto ao tipo de conduta	195
4.1.1. Estado de coisas inconstitucional	197
4.2. Quanto à norma constitucional ofendida	198
4.3. Quanto à extensão	199
4.4. Quanto ao momento	199
4.5. Quanto ao prisma de apuração	202
4.6. Quadro: formas de inconstitucionalidade	203
5. Formas de controle de constitucionalidade	203
5.1. Quanto ao momento	203
5.2. Quanto à natureza do órgão	208
5.3. Quanto à finalidade	208
5.4. Quanto ao tipo de pretensão deduzida em juízo	209

5.5. Quanto à competência	210
5.6. Quadro: formas de controle de constitucionalidade	211
Capítulo 11 ► Controle difuso de constitucionalidade.....	213
1. Aspectos gerais.....	213
2. Cláusula da reserva de plenário.....	215
2.1. Súmula Vinculante nº 10.....	217
3. Suspensão da execução de lei pelo senado.....	219
4. A tendência de “abstrativização” do controle concreto	221
5. Modulação temporal dos efeitos da decisão em controle difuso	224
6. A ação civil pública como instrumento de controle de constitucionalidade.....	226
Capítulo 12 ► Ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.....	229
1. Aspectos introdutórios.....	229
2. Legitimidade ativa	230
3. Parâmetro (ou norma de referência)	234
4. Objeto.....	235
4.1. Perspectiva material	236
4.2. Perspectiva temporal	239
4.3. Perspectiva espacial.....	239
5. Aspectos processuais e procedimentais	240
5.1. Requisitos da petição inicial.....	240
5.2. Intervenção de terceiros e <i>amicus curiae</i>	242
5.3. Advogado-Geral da União	245
5.4. Procurador-Geral da República.....	246
6. Liminar.....	246
7. Decisão definitiva	248
7.1. Modulação temporal dos efeitos da decisão	253
7.2. Técnicas de decisão	255
7.2.1. Declaração de inconstitucionalidade com redução de texto	255
7.2.2. Decisões interpretativas	256
7.2.2.1. Interpretação conforme a constituição.....	256
7.2.2.2. Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.....	258
7.2.2.3. Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade.....	259
7.2.2.4. Inconstitucionalidade progressiva.....	259
7.2.3. Decisões manipulativas	260
7.2.3.1. Decisões manipulativas aditivas	260
7.2.3.2. Decisões manipulativas substitutivas	261
8. Recorribilidade.....	261

Capítulo 13 ► Arguição de descumprimento de preceito fundamental	263
1. Aspectos introdutórios	263
2. Legitimidade ativa e <i>amicus curiae</i>	265
3. Parâmetro	265
4. Hipóteses de cabimento	266
5. Objeto	268
6. Liminar	270
7. Decisão	271
8. Quadro: controle concentrado (ADI, ADC e ADPF)	273
 Capítulo 14 ► Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	 275
1. Aspectos introdutórios	275
2. Parâmetro (ou norma de referência)	275
3. Objeto	276
4. Legitimidade ativa	277
5. Legitimidade passiva	277
6. Competência	277
7. Procedimento	278
8. Liminar	278
9. Efeitos da decisão	279
 Capítulo 15 ► Controle normativo abstrato no âmbito estadual	 281
1. Representação de inconstitucionalidade	281
1.1. Competência	281
1.2. Legitimidade	281
1.3. Parâmetro	282
1.4. Objeto	283
1.5. Efeitos da decisão	284
2. Instituição de outras ações de controle normativo abstrato	286
3. Quadro: controle normativo abstrato nos Estados	287
 Capítulo 16 ► Representação interventiva	 289
1. Aspectos introdutórios	289
2. Representação interventiva federal	289
2.1. Quadro: representação interventiva federal	291
3. Representação interventiva estadual	292
3.1. Quadro: representação interventiva estadual	292

TÍTULO III

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Capítulo 17 ► Estrutura, fundamentos e objetivos do Estado brasileiro	295
1. Princípios estruturantes	295
1.1. Princípio republicano	296

1.2. Princípio federativo	297
1.2.1. Princípio da indissolubilidade do pacto federativo	297
1.3. Princípio do Estado democrático de direito	298
1.3.1. Estado liberal	298
1.3.2. Estado social	301
1.3.3. Estado democrático de direito (Estado constitucional democrático)	302
2. Princípio da separação dos poderes	304
3. Fundamentos	305
3.1. Soberania	306
3.2. Cidadania	307
3.3. Dignidade da pessoa humana	307
3.3.1. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais	310
3.4. Valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa	312
3.5. Pluralismo político	312
4. Objetivos fundamentais	314
5. Princípios regentes das relações internacionais	315
6. Quadro comparativo	320

TÍTULO IV

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Capítulo 18 ► Teoria dos direitos fundamentais	323
1. Esclarecimentos preliminares	323
2. Natureza	323
3. Classificação doutrinária dos direitos fundamentais	324
3.1. A teoria dos status (Georg Jellinek)	324
3.2. Classificação trialista	325
4. Caracteres	326
5. Os direitos fundamentais e suas dimensões (gerações)	328
6. Direitos e garantias dos direitos	330
7. Dos deveres fundamentais	330
8. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais	331
8.1. Teoria da ineficácia horizontal (doutrina da state action)	332
8.2. Teoria da eficácia horizontal indireta	332
8.3. Teoria da eficácia horizontal direta	333
9. Dimensão subjetiva e dimensão objetiva	333
9.1. Fundamentação objetiva e subjetiva	334
10. Suporte fático dos direitos fundamentais	335
10.1. Elementos	335
10.2. Espécies	337
10.3. Quadro: suporte fático	339
11. Conteúdo essencial	339
12. Restrições aos direitos fundamentais	341

12.1. Classificação	343
12.2. Quadro: classificação das restrições aos direitos fundamentais	345
13. Os limites dos limites	346
13.1. Requisito formal	346
13.2. Requisitos materiais	347
14. O postulado da proporcionalidade	347
14.1. O conteúdo do postulado da proporcionalidade	348
14.1.1. Adequação	348
14.1.2. Necessidade	349
14.1.3. Proporcionalidade em sentido estrito	350
14.2. Proibição de proteção insuficiente (proibição de proteção deficiente, proibição de insuficiência ou proibição por defeito)	352
14.3. Distinção entre proporcionalidade e razoabilidade	352
15. Concorrência e colisão	354

Capítulo 19 ► **Direitos individuais e coletivos** **357**

1. Classificação constitucional	357
2. Direitos individuais	357
3. Direitos coletivos	357
4. Destinatários dos direitos individuais	358
5. Destinatários dos deveres: eficácia vertical e horizontal	360
6. A aplicação imediata das normas de direitos fundamentais	361
7. Tratados e convenções internacionais de direitos humanos	362
7.1. Quadro: posição hierárquica dos tratados internacionais	365
8. Tribunal Penal internacional	365
8.1. Princípios	365
8.2. Aspectos polêmicos	366

Capítulo 20 ► **Direitos individuais em espécie** **369**

1. Aspectos introdutórios	369
2. Direito à vida	370
2.1. Âmbito de proteção	370
2.2. Restrições (intervenções restritivas)	372
2.2.1. Aborto	374
2.2.1.1. Início da vida humana e proteção jurídica	375
2.2.1.2. A (i)legitimidade constitucional da descriminalização do aborto	377
2.2.1.2.1. Vida e dignidade do feto <i>versus</i> direitos fundamentais da gestante	377
2.2.1.2.2. O aborto como problema de saúde pública	378
2.2.1.3. A não criminalização do aborto no direito comparado	379
2.2.2. Eutanásia e conceitos afins	379
2.3. Quadro: direito à vida	381
3. Direito à igualdade	382

3.1. Evolução histórica	382
3.2. Igualdade jurídica e Igualdade fática	382
3.3. O direito à igualdade na Constituição de 1988	385
3.4. A dimensão objetiva e subjetiva do direito à igualdade	386
3.5. Âmbito de proteção e intervenção	387
3.6. Os destinatários do dever de igualdade	389
3.7. Ações afirmativas	390
4. Direito à privacidade	395
4.1. Direito à intimidade, vida privada, honra e imagem	395
4.1.1. Âmbito de proteção	395
4.1.2. Restrições (intervenções restritivas)	397
4.1.2.1. Interceptação ambiental (escuta ambiental)	397
4.1.2.2. Gravação clandestina	398
4.1.2.3. Quebra do sigilo de dados	399
4.1.3. Quadro: direito à intimidade, vida privada, honra e imagem	403
4.2. Inviolabilidade do domicílio	403
4.2.1. Âmbito de proteção	403
4.2.2. Restrições (intervenções restritivas)	404
4.2.3. Quadro: inviolabilidade do domicílio	407
5. Direito à liberdade	407
5.1. Liberdade de manifestação do pensamento	408
5.1.1. Âmbito de proteção	408
5.1.2. Restrições (intervenções restritivas)	409
5.1.3. Quadro: liberdade de manifestação do pensamento	412
5.2. Liberdade de consciência, de crença e de culto	412
5.2.1. Âmbito de proteção	413
5.2.1.1. Objeção de consciência (escusa de consciência ou imperativo de consciência)	413
5.2.1.2. Liberdade religiosa e dever de neutralidade do Estado	418
5.2.2. Restrições (intervenções restritivas)	419
5.3. Liberdade de comunicação pessoal	424
5.3.1. Âmbito de proteção	424
5.3.2. Restrições (intervenções restritivas)	426
5.3.3. Quadro: liberdade de comunicação pessoal	429
5.4. Liberdade de exercício profissional	429
5.4.1. Âmbito de proteção	429
5.4.2. Restrições (intervenções restritivas)	430
5.4.3. Quadro: liberdade de exercício profissional	430
5.5. Liberdade de informação	430
5.5.1. Âmbito de proteção	431
5.5.2. Restrições (intervenções restritivas)	433
5.5.3. Quadro: liberdade de informação	434
5.6. Liberdade de locomoção	435
5.6.1. Âmbito de proteção	435

5.6.2. Restrições (intervenções restritivas)	435
5.6.3. Quadro: liberdade de locomoção	436
5.7. Liberdade de reunião	436
5.7.1. Âmbito de proteção	436
5.7.2. Restrições (intervenções restritivas)	437
5.7.3. Quadro: liberdade de reunião	438
5.8. Liberdade de associação	438
5.8.1. Âmbito de proteção	438
5.8.2. Restrições (intervenções restritivas)	440
5.8.3. Quadro: liberdade de associação	440
6. Direito à propriedade	440
6.1. Âmbito de proteção	440
6.2. Restrições (intervenções restritivas)	441
6.2.1. Princípio da função social da propriedade	441
6.2.2. Desapropriação	443
6.2.3. Requisição	445
6.2.4. Usucapião constitucional	447
6.2.5. Expropriação-sanção e confisco	448
6.3. Quadro: direito à propriedade	451

Capítulo 21 ► **Garantias individuais** **453**

1. Garantias relacionadas à segurança jurídica	454
1.1. Princípio da legalidade	454
1.2. Princípio da não retroatividade das leis	455
1.2.1. Direito adquirido	457
1.2.2. Ato jurídico perfeito	461
1.2.3. Coisa julgada	461
2. Garantias de natureza penal	463
2.1. Mandados constitucionais de criminalização	463
2.2. Garantias relativas às penas	465
2.2.1. Princípio da pessoalidade	466
2.2.2. Princípio da individualização da pena	467
2.2.3. Princípio da humanidade	471
2.3. Garantias relativas à prisão	473
2.3.1. Espécies de prisão	476
2.3.1.1. Prisão extrapenal	476
2.3.1.2. Prisão cautelar	478
2.3.2. Princípio da não autoincriminação	481
3. Garantias de natureza processual	484
3.1. Princípio da inafastabilidade da apreciação jurisdicional	484
3.2. Princípio do juiz natural	487
3.3. Princípio do devido processo legal	488
3.4. Princípios do contraditório e da ampla defesa	489

3.5. Inadmissibilidade de provas ilícitas	493
3.6. Presunção de não culpabilidade	495
3.7. Princípio da razoável duração do processo.....	500
Capítulo 22 ► Ações constitucionais	501
1. Aspectos introdutórios.....	501
2. <i>Habeas corpus</i>	502
2.1. Modalidades.....	502
2.2. Legitimidade.....	502
2.3. Objeto e objetivo	504
2.4. Considerações finais	505
3. <i>Habeas data</i>	505
3.1. Legitimidade ativa.....	506
3.2. Legitimidade passiva	507
3.3. Objeto e objetivo	507
3.4. Hipóteses de cabimento.....	508
3.4.1. Conhecimento de informações pessoais.....	508
3.4.2. Retificação de dados.....	509
3.4.3. Complementação de informações pessoais	509
3.5. Interesse de agir.....	509
3.6. Liminar e decisão de mérito	510
4. Mandado de segurança.....	511
4.1. Legitimidade ativa.....	511
4.2. Legitimidade passiva	515
4.3. Objeto e objetivo	516
4.4. Cabimento residual e vedações específicas.....	516
4.5. Prazo para impetração	518
4.6. Liminar.....	518
4.7. Decisão de mérito	519
5. Mandado de injunção	521
5.1. Legitimidade ativa.....	521
5.2. Legitimidade passiva	523
5.3. Objeto e objeto	523
5.3.1. Espécies de omissão inconstitucional	524
5.4. Parâmetro de controle.....	525
5.5. Procedimento e competência	526
5.6. Liminar e decisão de mérito	528
5.7. Quadro comparativo: mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão	532
6. Ação popular.....	533
6.1. Legitimidade ativa.....	534
6.2. Legitimidade passiva	535
6.3. Objeto: atos impugnáveis.....	536

6.4. Objetivo.....	536
6.5. Tutela preventiva e reparatória.....	537
6.6. Requisitos específicos: binômio ilegalidade-lesividade.....	537
6.7. Competência.....	539
6.8. Liminar.....	540
6.9. Decisão de mérito	540
7. Quadro: ações constitucionais.....	541

Capítulo 23 ► **Direitos sociais** **543**

1. Aspectos introdutórios.....	543
2. A adjudicação dos direitos sociais.....	543
3. Reserva do possível.....	545
4. Mínimo existencial	547
5. Princípio da vedação de retrocesso.....	547
6. Direitos sociais em espécie	549
6.1. Direito à moradia	551
6.2. Direitos individuais dos trabalhadores	552
6.2.1. Direito ao trabalho e à garantia do emprego	554
6.2.2. Direitos sobre as condições de trabalho	555
6.2.3. Direitos relativos ao salário	555
6.2.4. Direitos relativos ao repouso e à inatividade do trabalhador.....	557
6.2.5. Direitos de proteção dos trabalhadores	558
6.2.6. Direitos relativos aos dependentes do trabalhador.....	559
6.2.7. Direito de participação dos trabalhadores.....	559
6.3. Direitos coletivos dos trabalhadores.....	560
6.3.1. Liberdade de associação profissional e sindical	560
6.3.2. Direito de greve.....	564
6.3.3. Participação em colegiados de órgãos públicos	566

Capítulo 24 ► **Direitos de nacionalidade**..... **567**

1. Conceito	567
2. Espécies de nacionalidade	568
2.1. Nacionalidade originária (primária ou atribuída).....	568
2.1.1. Critério territorial.....	568
2.1.2. Critério sanguíneo	569
2.2. Nacionalidade adquirida (secundária, derivada ou de eleição)	569
2.2.1. Naturalização tácita (grande naturalização ou naturalização coletiva).....	570
2.2.2. Naturalização expressa.....	570
2.3. Quadro: espécies de nacionalidade.....	572
3. Quase nacionalidade	573
4. Diferenças de tratamento entre brasileiro nato e naturalizado	573
4.1. Cargos privativos.....	573
4.2. Assentos no Conselho da República	574

4.3. Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão	574
4.4. Extradicação	574
4.4.1. Crimes políticos e de opinião.....	576
4.4.2. Retroatividade dos tratados de extradição	577
4.4.3. Medidas de retirada compulsória: repatriação, deportação e expulsão	577
4.5. Quadro: diferenças de tratamento.....	579
5. Perda do direito de nacionalidade	579
Capítulo 25 ► Dos direitos políticos.....	583
1. Aspectos introdutórios.....	583
2. Espécies.....	583
2.1. Direitos políticos positivos	583
2.1.1. Direito de sufrágio	584
2.1.2. Alistabilidade (capacidade eleitoral ativa)	584
2.1.3. Elegibilidade (capacidade eleitoral passiva)	587
2.2. Direitos políticos negativos	589
2.2.1. Inelegibilidades	589
2.2.1.1. Inelegibilidade relativa em razão do cargo	590
2.2.1.1.1. Cargos eletivos.....	590
2.2.1.1.2. Cargos não eletivos.....	593
2.2.1.2. Inelegibilidade relativa em razão do parentesco (inelegibilidade reflexa).....	595
2.2.1.3. Casos de inelegibilidade voltados à proteção da moralidade política.....	597
2.2.2. Perda e suspensão dos direitos políticos	599
2.2.2.1. Recall	601
2.3. Quadro: espécies de direitos políticos	602
3. “Princípio” da anterioridade eleitoral.....	603
4. Dos partidos políticos.....	604
4.1. Coligações partidárias	605
4.2. Cláusula de barreira (ou cláusula de desempenho).....	606
4.3. Fidelidade partidária	609
5. Sistemas eleitorais	611
5.1. Sistema majoritário	611
5.2. Sistema proporcional	611
5.3. Sistema misto.....	612
5.4. O modelo “distrital”	613
5.5. Quadro comparativo.....	614

TÍTULO V

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Capítulo 26 ► A federação brasileira	617
1. Aspectos gerais.....	617
1.1. Elementos constitutivos do Estado	617

1.2. Formas de Estado	618
1.2.1. Estado unitário (ou simples).....	618
1.2.2. Estado composto.....	618
1.2.3. União incorporada	620
2. Centralização e descentralização	620
3. Características essenciais	620
3.1. Quadro: Estado Federal.....	621
4. Autonomia dos entes federativos	621
5. Tipos de federalismo	622
5.1. Quanto ao surgimento (ou quanto à origem)	623
5.2. Quanto à repartição de competências	623
5.3. Quanto à concentração do poder.....	624
5.4. Quanto à homogeneidade na distribuição de competências.....	625
5.5. Quanto às características dominantes do modelo federal	626
5.6. Quanto às esferas ou centros de competência.....	627
5.7. Quadro: tipos de federalismo	627
6. Análise histórica.....	628
7. Repartição de competências	629
7.1. Critérios utilizados na repartição de competências.....	630
7.1.1. Campos específicos de competência legislativa e administrativa.....	631
7.1.2. Possibilidade de delegação	632
7.1.3. Competências administrativas (ou materiais) comuns.....	632
7.1.4. Competências legislativas concorrentes	633
7.1.5. Quadro: repartição de competências	637
7.2. Competências privativas e exclusivas	638
8. Organização político-administrativa.....	638
8.1. Capital Federal.....	639
8.2. Incorporação, subdivisão e desmembramento de Estados.....	640
8.3. Criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.....	641
9. Da intervenção	642
9.1. Intervenção federal	643
9.1.1. Pressupostos materiais.....	643
9.1.2. Pressupostos formais	644
9.1.3. Controle político e jurisdicional da intervenção.....	645
9.2. Intervenção estadual	646
9.2.1. Pressupostos materiais.....	646
9.2.2. Pressupostos formais	647
9.2.3. Controle político	647
9.3. Quadro: espécies de intervenção	647
Capítulo 27 ► Da União	649
1. Posição da União na federação brasileira.....	649
2. Competências	649

3. Leis nacionais e leis federais	650
4. Bens da União	650

Capítulo 28 ► **Dos Estados federados**..... **653**

1. Autonomia dos Estados federados	653
1.1. Auto-organização	653
1.1.1. Princípios limitativos	655
1.2. Autolegislação	657
1.3. Autogoverno	658
1.3.1. Do Poder Legislativo estadual	659
1.3.1.1. Das garantias do Poder Legislativo estadual	659
1.3.2. Do Poder Executivo estadual	662
1.4. Autoadministração	664
2. Regiões metropolitanas	665
3. Dos bens dos estados	666
4. Iniciativa popular no âmbito estadual	667

Capítulo 29 ► **Dos Municípios**..... **669**

1. O município como ente federativo	669
2. Auto-organização	669
2.1. Composição das Câmaras Municipais	670
2.2. Estatuto dos Vereadores	670
2.3. Responsabilização dos Prefeitos	672
3. Autolegislação	674
4. Autogoverno	676
5. Autoadministração	676
6. Fiscalização orçamentária e financeira	677

Capítulo 30 ► **Do Distrito Federal e Territórios**..... **679**

1. Distrito federal	679
1.1. Natureza jurídica	679
1.2. Auto-organização	680
1.3. Autolegislação	680
1.4. Autogoverno	681
1.5. Autoadministração	681
2. Territórios	681
3. Quadro: autonomias atribuídas aos entes federativos	683

TÍTULO VI

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

Capítulo 31 ► **Poder Legislativo** **687**

1. Estrutura	687
2. Funções	687

3. Deputados e senadores	688
4. Atribuições do Congresso Nacional	689
5. Sessões legislativas	690
6. Mesas diretoras	691
7. Comissões parlamentares	692
7.1. Comissão representativa do Congresso Nacional	693
7.2. Comissão parlamentar de inquérito federal	693
7.2.1. Requisitos para a criação	694
7.2.2. Poderes	695
7.2.3. Limites	699
7.2.4. Quadro – Comissão parlamentar de inquérito	701
7.3. Comissão parlamentar de inquérito estadual	701
7.4. Comissão parlamentar de inquérito municipal	702
8. Estatuto dos parlamentares federais	703
8.1. Imunidade material (inviolabilidade)	704
8.2. Imunidade formal	706
8.3. Prerrogativa de foro	709
8.4. Incompatibilidades	713
8.5. Perda do mandato: hipóteses de cassação e extinção	714
9. Quadro: competências	716
 Capítulo 32 ► Processo legislativo	 717
1. Aspectos introdutórios	717
2. Espécies de processo legislativo	718
3. Processo legislativo ordinário	718
3.1. Fase introdutória	718
3.1.1. Iniciativa	718
3.2. Fase constitutiva	720
3.2.1. Sanção e veto	723
3.3. Fase complementar	725
3.4. Quadro: processo legislativo ordinário	726
4. Processo legislativo sumário	726
5. Processos legislativos especiais	727
5.1. Emendas à Constituição	728
5.2. Leis complementares	729
5.3. Medidas provisórias	730
5.3.1. Prazo de vigência	731
5.3.2. Regime de urgência	731
5.3.3. Trâmite	732
5.3.4. Rejeição	733
5.3.5. Revogação	734
5.3.6. Limitações materiais	735
5.3.7. Edição de medidas provisórias nos Estados e Municípios	736

5.3.8. Controle de constitucionalidade das medidas provisórias	737
5.4. Leis delegadas	738
5.4.1. Processo legislativo	739
5.4.2. Sustação	739
5.4.3. Limitações materiais.....	740
5.5. Decreto legislativo	740
5.6. Resoluções	740
5.7. Quadro comparativo: processo legislativo	741
Capítulo 33 ► Tribunal de Contas.....	743
1. Aspectos introdutórios.....	743
2. Tribunal de Contas da União.....	743
2.1. Competências.....	744
2.1.1. Competência fiscalizadora.....	745
2.1.2. Competência judicante.....	745
2.1.3. Competência sancionatória	746
2.1.4. Competência consultiva.....	747
2.1.5. Competência informativa.....	747
2.1.6. Competência corretiva.....	747
3. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.....	748
4. Tribunais de contas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.....	748
Capítulo 34 ► Poder Executivo	751
1. Sistemas de governo	751
1.1. Parlamentarismo.....	751
1.2. Presidencialismo.....	752
1.3. Semipresidencialismo (ou semiparlamentarismo).....	752
2. Competências do Presidente da República	753
3. Substituição e sucessão do Presidente da República	755
4. Decretos e regulamentos.....	757
5. Ministros de Estado.....	758
6. Funcionários públicos	759
7. Da responsabilidade do Presidente da República.....	760
7.1. Crimes de responsabilidade	760
7.2. Crimes comuns.....	764
7.3. Imunidade à prisão cautelar	764
7.4. Irresponsabilidade penal relativa	764
8. Da responsabilidade dos governadores dos Estados e do Distrito Federal.....	765
8.1. Crimes comuns.....	765
8.2. Crimes de responsabilidade.....	767
9. Da responsabilidade dos prefeitos	768
10. Quadro: competências.....	769
11. A responsabilização político-administrativa dos agentes políticos	770

Capítulo 35 ► Poder Judiciário	773
1. Aspectos introdutórios	773
1.1. Funções típicas e atípicas	773
1.2. Estrutura organizacional	774
2. Disposições gerais	775
2.1. Garantias institucionais	776
2.2. Garantias funcionais	776
2.2.1. Vedações	778
2.3. Tempo de “atividade jurídica” para ingresso na magistratura	779
2.4. Órgão especial	781
2.5. Quinto constitucional	781
2.6. Cláusula da reserva de plenário (regra do <i>full bench</i>)	782
2.7. Juizados especiais	782
2.8. Justiça de Paz	783
2.9. Precatório	784
2.9.1. Regime dos precatórios	785
2.9.2. Dispensa de precatório	788
2.9.3. Prazo para pagamento	790
2.9.4. Honorários advocatícios	793
2.9.5. Sequestro da quantia devida	794
2.9.6. Intervenção federal e estadual	795
2.9.7. Possibilidade de compensação	795
2.9.8. Leilão	796
3. Conselho Nacional de Justiça	796
3.1. Composição	797
3.2. Competências	798
4. Supremo Tribunal Federal	800
4.1. O papel do Supremo Tribunal Federal	801
4.2. Competências	804
4.2.1. Proteção constitucional	804
4.2.2. Crimes comuns e de responsabilidade	805
4.2.3. Tutela das liberdades constitucionais	806
4.2.3.1. <i>Habeas corpus</i>	806
4.2.3.2. Mandado de segurança e <i>habeas data</i>	807
4.2.3.3. Mandado de injunção	808
4.2.4. Litígios e conflitos	808
4.2.5. Outras competências	809
4.3. Recurso extraordinário	810
4.3.1. Aspectos introdutórios	810
4.3.1.1. Pré-questionamento	813
4.3.1.2. Prévio esgotamento da instância ordinária	813
4.3.1.3. Impossibilidade de reexame de fatos e provas	815
4.3.2. Repercussão geral	815

4.3.3. Hipóteses de cabimento	817
4.3.2.1. Violação a dispositivo constitucional	817
4.3.2.2. Declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal	818
4.3.2.3. Declaração de constitucionalidade de lei ou ato de governo local	819
4.3.2.4. Declaração de validade de lei local contestada em face de lei federal...	819
4.4. Súmula vinculante	819
4.4.1. Natureza	821
4.4.2. Pressupostos constitucionais	821
4.4.3. Requisitos constitucionais	822
4.4.4. Extensão dos efeitos	823
4.4.5. Quadro: súmula vinculante	824
4.5. Reclamação constitucional	824
5. Superior Tribunal de Justiça	827
5.1. Competências	828
5.1.1. Proteção do ordenamento jurídico federal	828
5.1.1.1. Contrariedade ou negativa de vigência a tratado ou lei federal	828
5.1.1.2. Conflito entre ato de governo local e lei federal	830
5.1.1.3. Divergência jurisprudencial	830
5.1.2. Crimes comuns e de responsabilidade	830
5.1.3. Tutela das liberdades constitucionais	832
5.1.3.1. Mandado de segurança e <i>habeas data</i>	832
5.1.3.2. <i>Habeas corpus</i>	832
5.1.3.3. Mandado de injunção	832
5.1.4. Litígios e conflitos	833
5.1.5. Outras competências	833
6. Tribunais Regionais Federais e juízes federais	834
6.1. Composição	834
6.2. Competência	835
6.2.1. Litígios e conflitos	835
6.2.2. Competência criminal	835
6.2.3. Tutela das liberdades constitucionais e direitos humanos	837
6.2.4. Outras competências	837
6.3. Foro das causas de interesse da União	838
7. Tribunais e juízes do Trabalho	839
7.1. Composição	839
7.2. Competência	840
7.2.1. Competência dos Tribunais do Trabalho	842
8. Tribunais e juízes Eleitorais	843
8.1. Estrutura e composição	843
8.2. Competência	844
9. Tribunais e juízes Militares	845
9.1. Estrutura e composição	845
9.2. Justiça Militar da União	846

10. Tribunais de Justiça e juízes estaduais	846
10.1. Justiça Militar estadual.....	847

TÍTULO VII

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

Capítulo 36 ► Ministério Público.....	853
1. Definição constitucional.....	853
2. Natureza jurídica.....	854
3. Princípios institucionais.....	855
3.1. Princípio da unidade.....	855
3.2. Princípio da indivisibilidade.....	855
3.3. Princípio da independência funcional.....	856
3.4. Princípio do promotor natural.....	856
4. Estrutura orgânica.....	857
4.1. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	858
4.2. Conselho Nacional do Ministério Público	858
5. Procurador-Geral da República	860
6. Procurador-Geral de Justiça	862
7. Funções institucionais	863
7.1. Ação penal pública.....	864
7.1.1. Poder de investigação criminal.....	865
7.2. Inquérito civil e ação civil pública	865
7.3. Controle de constitucionalidade.....	867
7.4. Controle externo da atividade policial.....	868
7.5. Outras funções.....	869
8. Ingresso na carreira	870
9. Garantias	872
9.1. Vitaliciedade.....	872
9.2. Inamovibilidade	873
9.3. Irredutibilidade de subsídio	873
10. Vedações.....	873
Capítulo 37 ► Advocacia Pública.....	877
1. Aspectos introdutórios.....	877
2. Regime funcional.....	877
3. Advocacia-Geral da União.....	878
3.1. Advogado-Geral da União	880
4. Procuradores dos Estados e do Distrito Federal	881
4.1. Regime jurídico.....	882
Capítulo 38 ► Advocacia e Defensoria Pública.....	885
1. Advocacia	885
1.1. Princípio da indispensabilidade do advogado	885

1.2. Princípio da inviolabilidade do advogado	886
1.3. Prisão cautelar.....	887
1.4. Estatuto da Advocacia	887
2. Defensoria Pública	889
2.1. Normas gerais de organização das defensorias públicas	891
2.2. Autonomia funcional e administrativa.....	893
2.3. Princípios institucionais	895

TÍTULO VIII

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Capítulo 39 ► Estado de defesa e estado de sítio	899
1. Aspectos introdutórios.....	899
2. Estado de defesa.....	899
3. Estado de sítio	900
Capítulo 40 ► Forças Armadas.....	903
1. Definição constitucional.....	903
2. Punições disciplinares.....	903
3. Regime jurídico	903
4. Serviço militar obrigatório.....	905
Capítulo 41 ► Segurança pública	907
1. Finalidade	907
2. Polícia ostensiva e polícia judiciária	908

TÍTULO IX

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

Capítulo 42 ► Ordem Econômica	915
1. A constituição econômica	915
2. fundamentos E princípios gerais.....	916
2.1. Soberania nacional.....	919
2.2. Propriedade privada e sua função social.....	919
2.3. Livre concorrência	920
2.3.1. Formas de intervenção do Estado no domínio econômico	921
2.3.1.1. Intervenção indireta.....	921
2.3.1.2. Intervenção direta.....	922
2.4. Defesa do consumidor.....	924
2.5. Defesa do meio ambiente.....	926
2.6. Redução das desigualdades regionais e sociais e busca do pleno emprego.....	926
2.7. Tratamento favorecido para empresas de pequeno porte.....	926

Capítulo 43 ► Sistema Financeiro Nacional	927
1. Sistema financeiro nacional.....	927
2. Quadro: ordem econômica e financeira.....	928

TÍTULO X

ORDEM SOCIAL

Capítulo 44 ► Seguridade social	933
1. Disposições gerais.....	933
2. Objetivos	933
3. Financiamento	936
4. Da saúde.....	941
4.1. Critérios para a adjudicação de medicamentos	943
4.2. Custeio do Sistema Único de Saúde	947
4.3. Diretrizes do Sistema Único de Saúde	950
4.4. Assistência à saúde e iniciativa privada	951
4.5. Competências do Sistema Único de Saúde	952
5. Da previdência social.....	952
5.1. Organização.....	952
5.2. Benefícios	953
5.3. Valor dos benefícios	958
6. Da assistência social	959
Capítulo 45 ► Educação, cultura e desporto	963
1. Da educação.....	963
1.1. Princípios informadores do ensino	964
1.2. Competências dos entes federativos.....	967
2. Da cultura.....	968
3. Do desporto	969
Capítulo 46 ► Família, criança, adolescente e idoso	971
1. Da família	971
1.1. Proteção estatal da entidade familiar.....	972
1.2. Divórcio	973
2. Da criança, do adolescente e do jovem.....	974
3. Do idoso	976
Capítulo 47 ► Temática específica	979
1. Ciência, tecnologia e inovação.....	979
2. Comunicação social.....	980
2.1. Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão	983
3. Meio ambiente.....	983

3.1. Destinatários do direito ao meio ambiente e do dever de proteção.....	985
3.2. Princípios informadores do direito ambiental	985
3.3. Efetividade do direito ao meio ambiente.....	986
3.4. Responsabilização ambiental.....	988
4. Índios	989
4.1. Princípios informadores.....	990
4.2. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	990
Referências bibliográficas.....	995
Índice remissivo	1023